

PODER

Os fantasmas que rondaram Messias

Rejeição do nome do AGU para a 11ª cadeira do STF foi resultado de uma série de questões que inquietam integrantes dos Três Poderes

» FABIO GRECCHI

Ed Alves/CB/D.A Press



Messias obteve 34 votos, rejeição que reuniu uma série de fatores contrários. Como reação, petistas propõem que ele assuma o Ministério da Justiça

Passado o choque de, 132 anos depois, um nome indicado pelo presidente da República para o Supremo Tribunal Federal ser rejeitado pelo Senado, governo, Congresso e Judiciário analisavam, ontem, nos bastidores, as razões pelas quais foi negada a 11ª cadeira da Corte ao advogado-geral da União Jorge Messias. Do lado dos governistas — que não digeram um “acordão” entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a oposição bolsonarista e caciques do Centrão —, avaliava-se desde a hipótese de reinstalar o hoje AGU no Ministério da Justiça e Segurança Pública — cujo guarda-chuva está a Polícia Federal (PF), que investiga, entre outros casos, o das fraudes do Banco Master — a um eventual recurso ao STF contestando o resultado, conforme afirmou o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (RS).

O fato, porém, é que um conjunto de questões explicaria o voto e, por consequência, a acachapante derrota imposta a Luiz Inácio Lula da Silva — que adiantou a interlocutores que apresentará outro nome, mas não sinalizou quando. Vai desde a insistência do presidente no nome de Messias a manobras pela sobrevivência em função do caso do banco de Daniel Vorcara pode trazer à tona, a partir do momento em que os acordos de delação premiada comecem a ser fechados. A seguir, alguns dos aspectos que contribuíram para a humilhação imposta ao governo.

Contaminação eleitoral

Mesmo entre senadores da oposição, ninguém discute o “notório saber jurídico” e a “reputação ilibada” de Messias para uma cadeira no STF. Consideram-no gabaritado e, como bônus, ainda é evangélico. Mas era preciso impor uma derrota maiúscula ao Palácio do Planalto, sobretudo nesse momento em que, conforme apontam as pesquisas eleitorais, o risco de Lula perder a reeleição para Flávio Bolsonaro (PL-RJ) é concreto. Além disso, o governo, conforme apontam essas mesmas sondagens, vai mal das pernas em matéria de aceitação popular. Assim, barrar Messias é, por consequência, humilhar Lula eleitoralmente. Não à toa, o próprio Flávio Bolsonaro, tão logo foi proclamado o resultado do resultado da votação, disse com todas as letras que “o governo acabou”.

Insistência no nome

Messias levou aproximadamente cinco meses para ser sabatinado por pura irritação do presidente Davi Alcolumbre (União-AP). Ele tinha preferência por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que o antecedeu no comando do Senado e se empenhou para reunir as forças contrárias que o reconduziram. Tanto por interlocutores quanto diretamente, Lula foi avisado de que Alcolumbre e seu grupo próximo tinham um nome para suceder Luís Roberto Barroso no STF. O presidente, porém, agradeceu a sugestão, argumentou que preferia outro e que dele não abriria mão — Messias. Desde quando

era subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil no governo Dilma Rousseff — à época ficou conhecido como “Bessias”, no diálogo vazado pelo então juiz da Operação Lava-Jato, Sérgio Moro —, ele é visto como um tarefeiro primeiro do PT e, agora, de Lula. Nem mesmo o fato de o presidente tê-lo enviado para representar o governo em eventos evangélicos, como nas três últimas Marchas para Jesus, mudou essa imagem.

Articulação desarticulada

Os responsáveis pelos contatos e conversas para tentar emplacar Messias — o líder do PT no Senado, Jaques Wagner (BA); e o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), além do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães — em momento algum enxergaram uma movimentação no sentido contrário. Ao longo da quarta-feira, apresentaram cálculos que foram piorando com o passar das horas, mas que, ainda assim, indicavam aprovação. Uma cena chamou a atenção durante a votação: junto à mesa, Wagner indaga a Alcolumbre — os dois estão com relações estremitadas exatamente por causa da indicação de Messias — quantos senadores tinham votado. Ouvia a seguinte resposta do presidente da Casa, vazada no microfone: “(A derrota) vai ser de oito”. O AGU obteve apenas 34 votos, exatamente oito a menos do que os 42 para ser aprovado ao STF. Proclamado o resultado, Alcolumbre bate as mãos na mesa, levanta-se e diz algo ao ouvido de Wagner, ainda desolado.

Expectativa de poder

Para integrantes do governo, Alcolumbre, já de olho na recondução à Presidência do Senado em 2027, acenou ao bolsonarismo no trabalho que fez para barrar Messias no STF. Pelas recentes pesquisas eleitorais, Flávio Bolsonaro tem

chances reais de alcançar o Palácio do Planalto, mas o bolsonarismo tem um favorito para o comando da Casa: o atual coordenador da pré-campanha do filho 01, senador Rogério Marinho (PL-RN). Como ajudou a impor uma derrota humilhante a Lula, Alcolumbre se reposiciona ante à possibilidade de um Congresso ainda mais à direita a partir do próximo ano. E pode negociar os impeachments de ministros do STF cobrados pela extrema-direita, algo que tem se recusado a fazer.

A crise do Master I

Interlocutores do Palácio do Planalto admitem que uma CPI para investigar os tentáculos de Vorcara com os mundos político e jurídico até poderia respingar em um personagem ou outro ligado ao governo — como o próprio Wagner e o PT da Bahia por causa do Credicesta. Mas têm a certeza de que acertaria o Centrão e o PL em cheio. Suspeitas para isso não faltam: 1) Alcolumbre indicou Jocildo Silva Lemos para o Amapá Previdência, fundo que atende aos servidores do estado e que aplicou R\$ 400 milhões no Master; 2) o governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão de Cláudio Castro (PL), permitiu que a Rioprevidência comprasse R\$ 970 milhões em títulos do banco, entre novembro de 2023 e julho de 2024. Para tentar conter o estrago, o ex-governador exonerou Deivis Marcon Antunes do comando da fundação; e 3) e o senador Ciro Nogueira (PI), cacique do PP, apresentou a “Emenda Master”, que elevaria a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) dos atuais R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão. Proclamada a derrota do governo e de Messias, alguns senadores do Centrão e da oposição falavam, reservadamente, que a CPI do Master estava sepultada. Já a ex-ministra da Secretaria de Relações Institucionais

(SRI), deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), cobrou a abertura da CPMI. E desafiou: “Não temos medo, não. Quero fazer um pedido: instale a CPMI do Master”, cobrou, dirigindo-se a Alcolumbre na sessão conjunta do Congresso que derrubou os vetos presidenciais ao PL da Dosimetria.

A crise do Master II

No dia anterior à sabatina de Messias, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, promoveu jantar

em homenagem ao jurista Mário Sarrubo, que até poucas semanas atrás era secretário nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça e Segurança Pública na gestão de Ricardo Lewandowski. Alcolumbre compareceu. Convidados presentes asseguraram que não se tratou da indicação de Messias. Porém, a amizade entre o presidente do Senado e o magistrado é profunda. Moraes, hoje, é apontado como um dos mais articulados integrantes de um grupo no Supremo — integrado também por Gilmar

Mendes, Flávio Dino e, eventualmente, Dias Toffoli — que se antagoniza a outro no qual está André Mendonça, relator do inquérito do Master. Nos bastidores, comentava-se que, na eventual ida de Messias para a Corte, ele se uniria à corrente de Mendonça. Seria uma forma de agradecer ao empenho do ministro pela aprovação e, também, porque a religiosidade os une — Mendonça classifica Messias como “irmão de fé”. A rejeição do AGU teve o condão de impedir que o grupo do ex-ministro da Justiça de Bolsonaro se reforçasse.

Alguém traiu. Quem?

Para os petistas, os votos que faltaram para a aprovação de Messias foram devido às traições. Senadores antes fechados com o AGU teriam cedido à pressão de Alcolumbre, que manteve encontros pessoais para orientar a posição. Esse segredo desnortou a articulação governista, que até a abertura da votação continuava acreditando na aprovação, ainda que por estreita margem. Para setores do PT, mais uma vez o MDB foi quem cedeu. Os emedebistas reagiram. “São impropriedades as ilações sobre o MDB e mentirosas as especulações sobre o meu voto, dos senadores Renan Filho e Eduardo Braga. Trabalhamos e votamos em Jorge Messias. Derrotas devem ensinar e não gerar efeitos lisérgicos vindos do Cavalo de Tróia dentro do governo”, escreveu o senador Renan Calheiros (MDB-AL). Esse “Cavalo de Tróia”, segundo alguns, seria Jaques Wagner. (Colaboraram Victor Correia e Wal Lima)

Pedro França/Agência Senado



Articulação de Wagner (E) está sendo criticada. Renan teve de rebater a insinuação de que traiu o voto

ONDE TEM PROPÓSITO TEM TRABALHO

O GDF trabalha todos os dias pra você.

Mais de 10 mil novos profissionais nomeados na segurança pública. Delegacias funcionando 24 horas, novo IML e tecnologia como o Instituto de DNA Forense. E uma atuação firme na proteção das mulheres, com força-tarefa contra o feminicídio e apoio direto a vítimas da violência e suas famílias. Segurança não se promete, se constrói todos os dias. E quando ela chega mais perto das pessoas, nossas cidades se transformam em lugares mais seguros.

2.158

NOVOS POLICIAIS NAS RUAS

CORAGEM PRA MUDAR. PROPÓSITO PRA CUIDAR.

govdf gov_df